



GT 6 - TRAMAS, DRAMAS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

SALA 215 - Prédio 16B Centro de Educação

MEDIADORAS: Glaucimara e Fabiana

O GT Tramas, Dramas e Práticas em Educação Especial convida para participarem de reflexões acerca das complexidades e tessituras do contexto da Educação especial, suas práticas, histórias de vida e narrativas.

1.AS EXCLUDENTES DA INCLUSÃO: O PRISMA DA REALIDADE

Bruna Vogel Portella Carvalho; Elizandra Rodrigues Ttatsch; Josefa Lídia Costa Pereira

2.ENTRE ESTIGMAS, NARRATIVAS E ENCONTROS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Júlia Da Silva Fonseca; Denise Ferreira da Rosa

3.O AUTODIAGNÓSTICO ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS

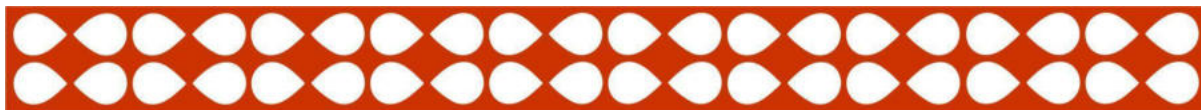
Amanda Valau da Encarnação; Tania Michelini Miorando

4.TRAMAS E DRAMAS NAS NARRATIVAS QUE ENTRELAÇAM PESSOAS COM E SEM DEFICIÊNCIA

Glaucimara Pires Oliveira; Guacira de Azambuja

5.INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: REFLEXÕES ÉTICAS

Francisco Dutra dos Santos Jr, Leandro Krug Wives



8º OUVINDO COISAS: MEMÓRIAS PARA O FUTURO

AS EXCLUDENTES DA INCLUSÃO: O PRISMA DA REALIDADE

GT: 06 Tramas, Dramas e Práticas em Educação Especial

Bruna Vogel Portella Carvalho

Universidade Federal de Santa Maria, Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional
brunavportella@gmail.com

Elizandra Rodrigues Tatsch

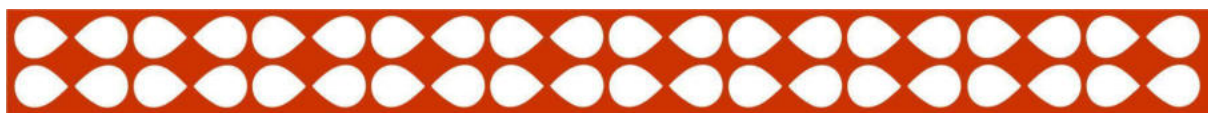
Universidade Federal de Santa Maria, Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional
lizandra.tatsch@gmail.com.br

Josefa Lúcia Costa Pereira

Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Educação Especial

Palavras-chave: inclusão; desafios; excludente;

Ao conhecer os avanços alcançados nos últimos anos, as tecnologias e a legislação voltadas à acessibilidade, disponíveis para a inclusão de pessoas cegas e surdas, nos inquieta as “excludentes” desta inclusão. Estes instrumentos, por si, não eliminam barreiras culturais, sociais e estruturais enraizadas, que influenciam diretamente no acesso dessas pessoas. Um dos maiores desafios é a falta de consciência da sociedade sobre as necessidades reais e específicas dessas pessoas. Não raro, encontramos lugares totalmente despreparados para receber cegos e surdos de forma adequada e respeitosa, inclusive, escolas e o mundo do trabalho. Além disso, a quantidade de profissionais qualificados, como intérpretes de Libras ou professores especializados, é insuficiente, o que prejudica a inclusão educacional. Já no mundo do trabalho, em que pese a previsão legal que incentiva a contratação de pessoas com deficiência, as seleções e os ambientes profissionais muitas vezes não são acessíveis, levando assim essa parcela da sociedade ao desemprego ou ao subemprego. Não bastasse, o preconceito e a invisibilidade social, vulnerabilizam ainda mais esses indivíduos. Mas, afinal, apesar de vivermos em um mundo globalizado, tecnológico e dotado de dispositivos destinados à inclusão, seriam estas ferramentas também excludentes? Para tanto, é imprescindível uma mudança profunda de mentalidade, incentivar a empatia e assegurar que a acessibilidade seja considerada desde o começo de qualquer projeto. Uma inclusão ativa vai além da tecnologia, envolvendo também compromisso social, político e humano, considerando as individualidades de cada pessoa e suas limitações, sejam elas geográficas, financeiras ou culturais. Não basta a garantia da matrícula em determinado curso, para que alguém esteja de fato incluído, pois, apenas a matrícula não garante a inclusão plena e a participação ativa desta pessoa. A inclusão também



perpassa pelo acesso à cultura e ao lazer, onde há ainda limitações na oferta de recursos como audiodescrição e conteúdos em Libras.



8º OUVINDO COISAS: MEMÓRIAS PARA O FUTURO

ENTRE ESTIGMAS, NARRATIVAS E ENCONTROS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA¹

GT: 6 - Tramas, Dramas e Práticas em Educação Especial

Júlia Da Silva Fonseca
Universidade Federal de Santa Maria, Curso de Educação Especial Diurno
E-mail: julia.fonseca@acad.ufsm.br

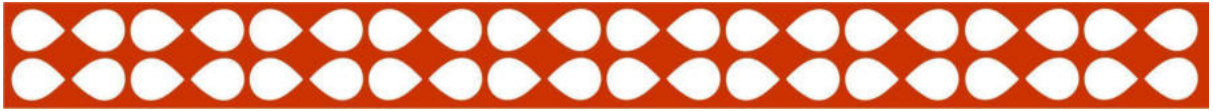
Denise Ferreira da Rosa
Universidade Federal de Santa Maria, do Programa de Pós-Graduação em
Educação/PPGE – Doutorado
E-mail: denise.rosa@ufsm.br

Orientadora: Professora Dra. Fabiane Romano de Souza Bridi

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Estigma; Práticas Pedagógicas Inclusivas.

Esse trabalho trata-se de um relato de experiência de uma ação de extensão do Projeto “Coletivo Fluir Territórios Educativos Intersetoriais de ações e políticas em defesa das infâncias em contextos vulneráveis”. A cena inicia-se quando uma extensionista do projeto se aproxima de uma monitora da escola que segurava um menino no colo. Desde o primeiro contato, escutam-se repetidas afirmações sobre as supostas limitações da criança: “ele não fala”, “não vai te responder”, “vai destruir os materiais”, “não pode soltar, senão foge”. Essas falas indicam uma narrativa já construída, que coloca a criança em um papel pré-definido, ao associar o diagnóstico à incapacidade e sustentada por um protecionismo que restringe experiências e interações. Foi com tentativas que a interação com a criança continuou. Um convite para ocupar o chão, explorar o espaço, o chocalho oferecido, o sorriso discreto, o corpo que se aproxima e se apoia... são pequenos gestos que configuram outras possibilidades de estar na escola. Percebemos nessa cena um protecionismo, sustentado pelo diagnóstico, o qual parece produzir barreiras mais simbólicas do que físicas. Há, nesse cuidado, o risco de negar a experiência, o risco

¹ Trabalho escrito a partir de uma vivência nas ações do Projeto de Extensão “Coletivo Fluir: Territórios Educativos Intersetoriais de Ações e Políticas em defesa das crianças em contextos vulneráveis”, financiado pelo Programa PROEXT – PG UFSM Além do Arco, no qual atuamos como extensionistas.



de negar a interação. A partir dessa cena, delimitamos como questão problematizadora compreender como o diagnóstico opera como âncora de estigmas que limitam a criança e produzem barreiras à sua participação? Diante dessa questão, o objetivo do trabalho é refletir sobre práticas pedagógicas que possam romper com as narrativas estigmatizantes e recolocar a presença da criança na escola. Para tanto, partimos da lógica da mesmidade que silencia a diferença e propomos pensar práticas pedagógicas possíveis, abertas ao diálogo, à escuta e à invenção, que reconheçam outras linguagens, validam os diversos modos de participação e constroem territórios educativos capazes de desfazer as tramas do estigma e favorecer outros encontros.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – LICENCIATURA**

**Acadêmica: Amanda Valau da Encarnação
Orientadora: Prof. Dra. Tania Micheline Miorando**

Resumo trabalho 8º Ouvindo Coisas

Palavras chaves: Autodiagnóstico, redes sociais, desafios

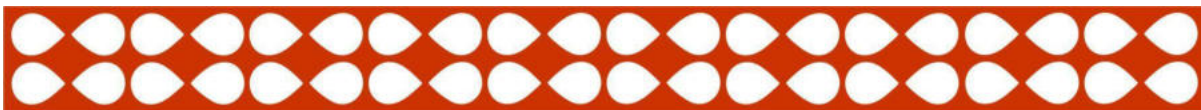
As redes sociais tomaram uma nova proporção no pós-pandemia de Covid-19, nesse contexto, observamos um aumento significativo no interesse e na visibilidade de temas como o Autismo (TEA) e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), que passaram a ser discutidos nas redes sociais. O fato das redes sociais estarem inseridas na maioria dos ambientes em que frequentamos, e a influência que elas têm em nossas vidas, faz com que as pessoas queiram ser vistas o tempo todo, mesma que seja para falar que é neurodivergente, pois é um tema que engaja e gera likes.

Se sentir pertencente a algo é necessário para o ser humano. E se autodiagnostica e falar sobre isso, se torna uma forma de se identificar com os demais, fazer parte de um grupo.

Por mais que alguns conteúdos tenham o intuito de conscientizar, muitos normalizam o autodiagnóstico, afirmando que por ter visto um vídeo de 60 segundos e se identificar com o que está sendo falado, aquilo se torna uma verdade. Isso impacta diretamente dentro da sala de aula, onde os alunos afirmam ter os transtornos.

Gera desafios para os educadores, que necessitam de formação adequada para lidar com essas questões de forma correta. Os desafios enfrentados pelos profissionais de educação ao lidar com alunos que afirmam ter esses transtornos, a partir do que é visto nas redes sociais e as possíveis consequências dessas informações.

Além disso, a falsa ideia de compreensão sobre esses transtornos pode prejudicar a inclusão escolar e dificultar a implementação de estratégias pedagógicas. A ausência de uma avaliação profissional e o rótulo precoce de crianças, adolescentes e adultos que recebem pode gerar consequências negativas no desenvolvimento escolar e na vida social desses indivíduos.



8º OUVINDO COISAS: MEMÓRIAS PARA O FUTURO

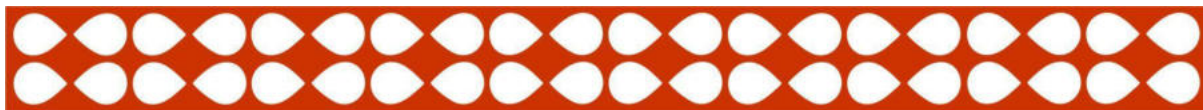
TRAMAS E DRAMAS NAS NARRATIVAS QUE ENTRELAÇAM PESSOAS COM E SEM DEFICIÊNCIA

Eixo: GT 6 - Tramas, Dramas e Práticas em Educação Especial

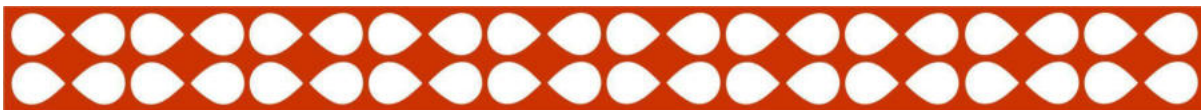
Glaucimara Pires Oliveira
Universidade Federal de Santa Maria
glaucimara.oliveira@ufsm.br

Guacira de Azambuja 1
Universidade Federal de Santa Maria
guacira.azambuja@ufsm.br

Com o título *Tramas, Dramas e Práticas em Educação Especial* abre-se espaço para o compartilhamento de diferentes questões como formação inicial e continuada dos professores. Todavia, iremos apresentar experiências acadêmicas de relatos orais acerca das concepções sociais da deficiência intelectual na transição do século XX para o século XXI nas diversas famílias e comunidades da região de Santa Maria. Como forma de conhecer, refletir e dar voz às pessoas que fazem parte de nosso cotidiano e que também fazem a história da educação e da educação especial, traremos para discussão uma prática realizada em uma disciplina do Curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno/ UFSM, onde alunos do sexto semestre entrevistaram uma pessoa da sua família e/ou comunidade sendo os critérios de escolha: acima de cinquenta anos e com alguma escolarização formal. As narrativas dos sujeitos foram apresentadas a partir das suas vivências (na infância, na escola, no trabalho e na comunidade) com as pessoas com deficiência intelectual. Esses relatos foram discutidos em sala de aula com a professora regente da disciplina junto a uma professora convidada que contribuíram com reflexões acerca do assunto. As discussões permitiram que os alunos percebessem que o conteúdo estudado na literatura sobre a história da Educação Especial também faz parte das ações e atitudes dos familiares, da comunidade, que “aquela pessoa com deficiência intelectual que não participava das confraternizações, da escola, do mundo do trabalho formal (sendo que muitos trabalhavam em casa)” não estava somente nos livros, nos filmes, mas nas suas histórias de vida. Trazer as narrativas dos contextos sócio-culturais dos diferentes ambientes



e realidades dos acadêmicos contrapondo-as com os estudos teóricos acerca da Educação Especial contribui com uma formação inicial reflexiva com vistas a repensar a prática para além do contexto escolar, contemplando a realidade social, humanística e ética nas interações diversas.



8º OUVINDO COISAS: MEMÓRIAS PARA O FUTURO

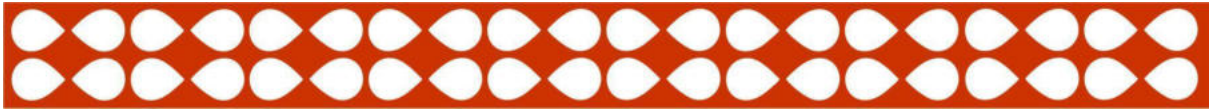
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: REFLEXÕES ÉTICAS

Eixo: GT 6 – Tramas, Dramas e Práticas em Educação Inclusiva.

Francisco Dutra dos Santos Jr
TRAPHU/PPGIE-UFRGS
prof.chicosantosjr@gmail.com

Leandro Krug Wives
PPGIE-UFRGS
lwives@gmail.com

A inserção da Inteligência Artificial (I.A.) no campo da educação especial transcende o debate meramente técnico, imergindo em profundas questões filosóficas que moldam seu impacto ético. A busca pela justiça como equidade, inspirada em Rawls (2000). Impõe que a I.A. não acentue desigualdades preexistentes, mas, ao contrário, expanda as capacidades (Sem, 2000) dos alunos com necessidades especiais, funcionando como um potente instrumento de inclusão e justiça social. Contudo, a intensiva coleta de dados, essencial para muitas aplicações de I.A., evoca o espectro de um panóptico digital (Foucault, 1987), ameaçando a autonomia informacional (Nissenbaum, 2010) e a privacidade, elementos basilares para a dignidade e o desenvolvimento individual de sujeitos já objetificado pelo capacitismo. A suposta neutralidade dos algoritmos é posta em xeque pela real possibilidade de vieses incorporados, que podem automatizar e legitimar algoritmos de opressão (Noble, 2021), perpetuando injustiças epistêmicas ao desvalorizar ou interpretar erroneamente as vivências de certos grupos. Torna-se, assim, imperativo um escrutínio filosófico sobre como esses sistemas "conhecem" e tomam decisões que afetam vidas. Fundamentalmente, a I.A. deve ser subserviente à autonomia e agência de alunos e educadores, como defendido por Kant e perspectivas existenciais, reconhecendo que a educação é um processo intrinsecamente humano de formação, para além da simples transmissão de informação. A opacidade de muitas ferramentas colide frontalmente com a necessidade de transparência e explicabilidade, pilares para a construção da confiança e para a efetiva responsabilização. Desta forma, o desenvolvimento e a implementação da I.A. devem ser guiados pelo princípio da precaução e pela não-maleficência,



assegurando sua qualidade, real eficácia e segurança. Finalmente, a capacitação dos educadores deve transcender o domínio técnico, visando cultivar a phronesis aristotélica – a sabedoria prática indispensável para um uso ético, crítico e humanizador da I.A. O objetivo último é garantir que a tecnologia sirva aos valores humanistas, promovendo um futuro educacional que seja verdadeiramente inclusivo, justo e que respeite a singularidade de cada aprendiz.